



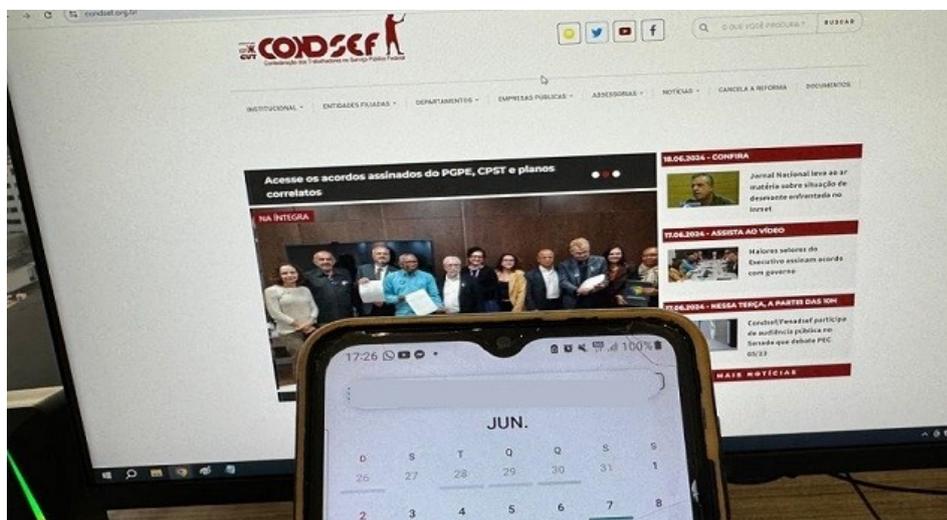
## Confira a agenda de reuniões confirmadas nas próximas semanas com o governo

Entre os dias 24 de junho e 9 de julho estão confirmadas no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) novas rodadas de negociações e intalações de mesas temporárias e específicas de diferentes categorias do Executivo Federal. Na segunda-feira, 24, às 16h, acontece a 4ª reunião da mesa específica que segue negociando a pauta dos servidores do Inbra.

Essa semana, Sindsep-DF, Condsef/Fenadsef, SindPFA, Cnasi-AN e Assera/BR realizam o "Café com Reforma Agrária", uma atividade no auditório do Inbra em Brasília que contou com a participação de servidores, parlamentares e amigos da reforma agrária e das populações tradicionais. O encontro tem o objetivo de discutir ações para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a terra, incluindo a valorização dos servidores do instituto que estão mobilizados pela reestruturação de suas carreiras.

Entre os parlamentares que participaram das atividades estão o senador Beto Faro (PT-PA), líder da bancada do PT do Senado, e os deputados federais Airton Faleiro (PT-PA); Valmir Assunção (PT-BA); João Daniel (PT-SE); Marcon (PT-RS); Padre João (PT-MG); Érika Kokay (PT-DF); além do assessor do deputado federal Reginaldo Veras (PV-DF), Hélio Queiroz.

Seguindo a agenda de reuniões confirmadas na próxima semana, na terça-feira, 25, às 15h, a Condsef/Fenadsef participa de uma reunião no Ministério da Agricultura para discutir a situação de desmonte no Inmet



(Instituto Nacional de Meteorologia). A situação vem ganhando atenção da mídia e já foi noticiada desde a Folha de São Paulo até o Jornal Nacional que levou matéria ao ar no início dessa semana.

Ainda na terça, às 11h, a Condsef/Fenadsef participa da instalação da mesa setorial da Cultura. Mas a categoria segue pleiteando a abertura de sua mesa específica e temporária junto ao MGI. Hoje, em diversos estados, os servidores da Cultura se mobilizaram e seguem realizando atividades em defesa da reestruturação de sua carreira. Também na terça, às 16h, será a vez da instalação da Mesa Específica e Temporária da Carreira de Tecnologia Militar (PCCTM).

Concluindo as reuniões confirmadas no mês de junho, às 16h da quarta-feira, 26, acontece a 2ª reunião da mesa específica e temporária da Saúde que vai ter na pauta o debate sobre as carreiras dos servidores civis do HFA, HCE e HMASP.

Ainda na semana que vem, nos dias 25 e 26, acontece uma plenária nacional dos trabalhado-

res da Conab.

Já em julho, no dia 2, duas categorias realizam sua 2ª reunião da mesa específica no MGI: às 11h, o Grupo Dacta, dos controladores de voo, e às 16h, os servidores do INEP e FNDE. No dia 4 estava prevista a instalação da mesa temporária dos servidores do Dnit que foi cancelada, ainda sem nova data confirmada.

Essa nova rodada de negociações já confirmada vai até o dia 9 de julho quando, às 11h, acontece a 2ª reunião da mesa específica dos servidores da Abin.

A instalação das mesas específicas até julho está no acordo firmado em abril que também assegurou reajuste em benefícios (auxílio-alimentação, creche e saúde suplementar) a partir de maio com valor a ser pago retroativo na folha de junho.

Segundo o MGI, do total de 44 mesas de negociação já abertas e previstas, há 20 em curso. Outras dez ainda serão abertas, 14 já tiveram acordos fechados.

**Confira o calendário de atividades  
Condsef/Fenadsef**



## Sindsep orienta os servidores interessados na Aposentadoria Especial ou Abono de Permanência a apresentarem requerimentos administrativos

A Assessoria Jurídica do SINDSEP/MA disponibilizou modelos de requerimentos administrativos a serem preenchidos e protocolados pelos servidores federais interessados na Aposentadoria Especial por insalubridade ou periculosidade, bem como no Abono de Permanência devido pelo preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria nessa modalidade.

Como amplamente sabido, a previsão de Aposentadoria Especial aos servidores públicos em razão da exposição a agentes que prejudiquem a saúde ou a integridade física está prevista no art. 40, §4º da Constituição federal.

No entanto, durante muitos anos tal direito não pôde ser exercido pelos servidores públicos em face da ausência de Lei Complementar regulamentando a matéria.

Após incansáveis lutas judiciais das entidades sindicais, o Supremo Tribunal Federal julgou Mandados de Injunção determinando a aplicação das regras de aposentadoria especial dos trabalhadores em geral (regras do Re-

gime Geral de Previdência Social - RGPS, previstas no art. 57 da Lei nº 8.213/91), aos servidores públicos até que sobrevenha a necessária Lei Complementar que regulamente a Aposentadoria Especial por insalubridade ou periculosidade dos servidores públicos.

Nesse contexto, adaptando as regras do RGPS para a situação dos servidores públicos, a Administração Federal criou regulamentações que exigem que a condição especial seja comprovada por meio de documentos como o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP.

Ocorre que, embora a confecção de tais documentos seja de responsabilidade da Administração, não se tem notícia de que todos os órgãos os tenham produzido ao longo dos anos, situação que tem obstado o reconhecimento do tempo especial e, portanto, da fruição da Aposentadoria ou Abono de Permanência.

A apresentação dos requerimentos administrativos é uma etapa necessária para a garantia dos direitos dos servidores, eis que ape-

nas a partir da provocação dos servidores interessados, a Administração passa a realizar a contagem do tempo especial.

Por outro lado, diante de um contexto em que sabidamente muitos órgãos não produziram contemporaneamente os Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e os Perfis Profissiográficos Previdenciário - PPP, existe a perspectiva de que tais direitos só venham a ser garantidos após intervenção judicial.

Assim, o SINDSEP orienta que os interessados providenciem os seguintes documentos para o tratamento jurídico da questão:

Cópia dos requerimentos administrativos e respectivos protocolos;

- Procuração, contrato de honorários advocatícios e declaração de pobreza;
- Cópia de RG e CPF;
- Comprovante de residência atualizado;
- Cópia da CTPS;
- Cópia de contracheque recente.



## Conselho de Saúde tem novo presidente

O diretor da Secretaria Regional do Sindsep em Presidente Dutra, Francisco Luís Neto, foi eleito presidente do Conselho Municipal de Saúde de Tuntum/MA para o biênio 2024 a 2026.

A eleição aconteceu hoje (21), no auditório da Secretaria Municipal de Saúde, das 9 às 12h.